



Câmara Municipal de Curitiba

PROPOSIÇÃO Nº 005.00040.2023

Os Vereadores **Professora Josete, Angelo Vanhoni, Maria Leticia e Giorgia Prates - Mandata Preta**, no uso de suas atribuições legais, submetem à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária

EMENTA

Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à população sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, visando, principalmente, a promoção da equidade em saúde no Município de Curitiba.

Art. 1º Ficam obrigados a divulgar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra de que trata a Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, os estabelecimentos hospitalares públicos e Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Curitiba.

Parágrafo único. Para efeitos da lei reconhece-se o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde.

Art. 2º Para o acesso às informações constantes nesta Lei, poderão ser elaboradas Cartilhas sobre Saúde Integral da População Negra, propiciando a toda a população acesso às informações e esclarecimentos necessários para um atendimento hospitalar digno e humanizado, visando à promoção da equidade em saúde.

Art. 3º Os estabelecimentos hospitalares deverão expor cartazes informativos contendo a marca e as diretrizes elencadas na Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Palácio Rio Branco, 07 de março de 2023

Ver^a.Professora Josete

Ver.Angelo Vanhoni

Ver^a.Maria Leticia

Ver^a.Giorgia Prates - Mandata Preta

Justificativa

O mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas. Por vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, em alguns casos vincula-se à carência de serviços públicos e assistência social e, em outros, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis.

As vias pelas quais o social e o econômico, o político e o cultural influem sobre a saúde de uma população são múltiplas e diferenciadas, segundo a natureza das condições socioeconômicas, o tipo de população, as noções de saúde, doença e os agravos enfrentados. No caso da população negra, o meio ambiente que exclui e nega o direito natural de pertencimento, determina condições especiais de vulnerabilidade.

Além da inserção social desqualificada, desvalorizada (vulnerabilidade social) e da invisibilidade de suas necessidades reais nas ações e programas de assistência, promoção de saúde e prevenção de doenças (vulnerabilidade programática), mulheres e homens negros vivem em um constante estado defensivo. Essa necessidade infundável de integrar-se e, ao mesmo tempo, proteger-se dos efeitos adversos da integração, pode provocar comportamentos inadequados, doenças psíquicas, psicossociais e físicas (vulnerabilidade individual).

Nos últimos anos, acompanhamos no Brasil o crescimento de pessoas que se declararam negras (pretas ou pardas). De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negras e negros constituem mais da metade da população brasileira (50,7%). Dados mais recentes apontam que, em 2015, 53,9% das pessoas se declararam de cor ou raça preta ou parda.

Embora a população negra tenha experimentado aumento relativo da renda média per capita superior ao da população branca, a desigualdade permanece expressiva. A distribuição racial da riqueza é incontestável, em 2014, nos 10% mais pobres, 76% eram pretos ou pardos e 22,8% brancos. Já no outro extremo

da distribuição, quer dizer, no 1% com maiores rendimentos da população em 2014, 17,8% eram pretos ou pardos, contra 79% de brancos.

Os indicadores de saúde, quando cruzados com as características socioeconômicas, revelam a importante relação entre saúde, seus determinantes sociais e a organização do sistema de saúde. A compreensão deste conjunto é fundamental para instrumentalizar a elaboração de políticas e programas voltados para o combate às desigualdades, principalmente na saúde, em que se busca construir um SUS equitativo no acesso e pautado na integralidade da saúde.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, a população negra representava 67% do público total atendido pelo SUS, e a branca 47,2%. A maior parte dos atendimentos concentra-se em usuários(as) com faixa de renda entre um quarto e meio salário mínimo, distribuições que evidenciam que a população de mais baixa renda e a população negra são, de fato, SEUS-dependentes.

Como resultado, tem-se uma constante de maiores exposições a todas as carências estudadas pela população de raça/cor preta ou parda e pelas pessoas com menores rendimentos. Destaca-se que 37,8% da população adulta preta ou parda avaliaram sua saúde como regular, ruim ou muito ruim, contra 29,7% da população branca. Pretos ou pardos estavam 73,5% mais expostos a viver em um domicílio com condições precárias do que brancos (38,7% dos pretos ou pardos contra 22,3% dos brancos).

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 trouxe dados que mostram que a população negra ainda tem menos acesso à saúde se comparada à população branca. Entre os dados que revelam a posição desfavorável dos negros em diversos aspectos da saúde medidos pela PNS e também por outras pesquisas e indicadores do Ministério da Saúde.

A proporção de pessoas que consultaram um médico nos últimos 12 meses é maior entre as pessoas brancas (74, 8%) do que entre pretas (69,5%) e pardas (67,8%). Assim, as pessoas negras (pretos e pardos) ficam abaixo da média nacional, que é 71,2% (142,8 milhões), de pessoas que consultaram um médico nos últimos 12 meses. Já a proporção de pretos (38,2%) e pardos (39,2%) que se consultaram com um dentista nos últimos 12 meses é menor do que a de pessoas brancas (50,4%) e também inferior à média nacional que foi de 44,4% (89,1 milhões).

As políticas públicas dos últimos anos, direcionadas às pessoas em condições de vulnerabilidade, tentam contribuir para a redução das desigualdades no Brasil. Em se tratando da saúde, a redução das desigualdades tem ocorrido por uma série de políticas de promoção da equidade, desenvolvidas pelo Ministério da Saúde. Uma delas é a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), cujo objetivo é "garantir a equidade na efetivação do direito humano à saúde da população negra em seus aspectos de promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis, incluindo aqueles de maior prevalência nesse segmento populacional.

O presente projeto, portanto, visa proporcionar mais informações e apoio a População Negra na área da saúde, entendendo a necessidade de aprimoramento do atendimento e a importância de uma boa divulgação para que todos saibam

como proceder, tendo como objetivo o princípio da equidade no tratamento da população Negra.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa
Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social Política
Nacional de Saúde Integral da
População Negra - Uma Política do SUS Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf

Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade / Fundação Nacional de Saúde Brasília: Funasa, 2005. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/pop_negra/pdf/saudepopneg.pdf

Bravo MIS. Política de saúde no Brasil. In: Mota AE, organizador. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; 2009. (Des) caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/Lqd6jsjQByrvCVyxWCxkqjN/>

Silva, Hilton P. e Monteiro, Celso R.. Precisamos falar sobre a saúde da população negra nas eleições 2022. Disponível em:
<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opinioao/eleicoes-2022-saude-populacao-negra/65996/>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política nacional de Saúde integral da População negra: uma política do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/coordenacao-geral-de-programas-e-acoes-de-saude/acoes-de-saude/politica-nacional-saude-integral-populacao-negra1.pdf>